



GEOGRAFIA ESCOLAR CEARENSE: ENTRE O SABER, O CONHECIMENTO CIENTÍFICO E A DOCÊNCIA

Eluziane Gonzaga Mendes

eluziane.mendes@ifce.edu.br¹

Resumo

A Geografia escolar cearense apresenta longa trajetória, com origens no saber e conhecimento científico, produzido pelos intelectuais do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará e posteriormente, pelo desenvolvimento dos currículos escolares e a institucionalização da instrução pública. Essa pesquisa foi desenvolvida no Doutorado em Educação (UFC). Teve por período histórico inicial o ano de 1887, momento da instalação do Instituto do Ceará, onde se buscou a origem do saber científico, delimitando-se com o surgimento do primeiro curso superior de formação de professores, datado de 1947, resultando na produção do saber docente. Das evidências periféricas da historiografia cearense foram sendo reconstruídas a estrutura e dinâmica da formação do saber geográfico local. O trabalho de investigação baseou-se, em registros de arquivos públicos e privados, documentos oficiais, bibliotecas, obras raras, leituras de dissertações e teses e, sobretudo, das Revistas do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, permitindo acesso aos escritos que compunham o passado da Geografia. Tecer a trajetória do saber geográfico no Ceará foi uma oportunidade de desvelamento dessa ciência, bem como enfatizar sua importância científica na História da educação brasileira.

Palavras-chave: Geografia científica, Intelectuais da Educação, Geografia Escolar.

Introdução

A Geografia cearense: entre o saber, o conhecimento científico e a docência foi a temática proposta para análise da pesquisa de tese desenvolvida no Programa de Doutorado em Educação Brasileira (Universidade Federal do Ceará - UFC). Tema que se revelou pela necessidade de compreender as interfaces da Geografia cearense como um saber social e científico levado às escolas pelos saberes docentes. Compreender como essas etapas se entrecruzaram, pelo emaranhado de fontes descobertas, foi o principal desafio. O limite temporal da investigação de fontes ocorreu entre os anos de 1887 a 1947, considerado longo,

¹ Bacharel e Licenciada em Geografia (UECE), Especialista em Ensino de Geografia (UCAM), Mestre em Geografia (UECE), Doutora em Educação Brasileira (UFC), Professora EBTT – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE. Este trabalho é produto de pesquisa de Doutorado, na linha “História e Memória da Educação.

mas foi fundamental para desvendar as fases principais do início da formação da geografia escolar cearense. Esclarecemos que o marco inicial corresponde à instalação do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará e o limite final, a data referente à criação do primeiro curso superior para formação de professores de geografia e história, demanda referente ao ensino secundário no Ceará.

Com o desenvolvimento da pesquisa de fontes documentais, bibliográficas e imagéticas, compreendemos que para investigar a Geografia escolar cearense poderíamos seguir alguns eixos, dentre eles: a pesquisa dos sujeitos, com a construção de história das mentalidades da época, por meio de biografias, obras produzidas e atuações institucionais docentes e científicas; e o outro caminho foi a investigação das instituições, seus currículos, seguindo da análise de fontes oficiais, planos da educação pela via político-estrutural da educação cearense. E ao compreender a forte atuação das instituições escolares e a participação dos professores, decidimos investigar as obras didáticas implementadas, caracterizando as principais fases da geografia escolar no Ceará no período investigado.

O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará e os Intelectuais da Educação: origens do saber geográfico cearense

O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, mais conhecido como Instituto do Ceará representa a mais antiga instituição científica de ciências humanas do Ceará, nela congregavam-se intelectuais de variados pensamentos e convicções ideológicas², chegavam até a divergirem, no entanto, existia entre eles, um projeto em comum: produzir a história e a geografia do Ceará. Os saberes produzidos³ eram resultados da busca dos

² Eduardo Lúcio Amaral, ao analisar as obras produzidas pelo Barão de Studart, sócio do Instituto identificou algumas peculiaridades que envolviam os intelectuais pertencentes ao Instituto do Ceará, dentre estas, “a querela ciência versus fé que se instalou no seio da instituição” (2002, p. 49). Essas divergências, inclusive eram expostas para a sociedade, por meio da publicação de artigos produzidos pelos sócios, abordando temas que apresentavam críticas às diferentes convicções, expressas pelas dubiedades entre fé ou razão, modernidade cientificista ou tradicionalismo cristão. Esses preceitos guiaram por muito tempo a condução intelectual da maioria dos membros da instituição, influenciando, inclusive seus escritos. Essas contradições foram visíveis em diversos momentos e instâncias sociais, dentre elas a educação.

³ Sobre a importância dos Institutos no Brasil, Amaral explicou que “se ligam, desta forma, o caráter e o prestígio de institutos históricos e geográficos com a distinção e o poder de seus membros, para dar forma a um dos mais ambiciosos projetos historiográficos já realizados no país. Instituições e seus respectivos membros trocam incessante fluxo de interesses e de influências, marcando e fazendo marcar, pela aura de legitimidade do discurso científico, estes que serão durante o século XIX e além os núcleos principais da construção do saber histórico no



intelectuais em criar uma identificação histórica para o Ceará perante as províncias adjacentes que se constituíam. Portanto, no Instituto buscou-se, com afincos, produzir a História do Ceará, e, conseqüentemente, desvendar e identificar o espaço geográfico cearense.

A participação dos intelectuais da educação no Instituto do Ceará e em outras agremiações como os centros literários, gabinetes de leitura e Academia Cearense de Letras, sem dúvida, foram elementos imprescindíveis para consolidação do pensamento científico e filosófico do período analisado.

Este reduto da intelectualidade analisava a realidade local, decodificando-a através de aportes teóricos europeus, com a ideologia do colonizador. Assim externou Oliveira (2001, p. 100), afirmando que: “via tudo com o olhar de fora, e nesse sentido, seu olhar colonizador se misturava e se matizava de uma perspectiva colonizada por suas leituras e por seu projeto cientificista importado”. Ora, num Brasil que estava em formação, o que se considerava ciência, inicialmente, não era de autoria de nenhum pensador ou intelectual, estudioso da realidade local, e sim, através daqueles que bebiam nas teorias, tendências e metodologias externas. O pensamento positivista europeu foi marcante nesta época entre os intelectuais brasileiros.

O pensamento da época era encontrado nos estatutos presentes nas Revistas do Instituto do Ceará – (RIC) pesquisadas no período de 1887 a 1947. Consideradas uma das grandes preciosidades da instituição, um arquivo imensurável de informações para os pesquisadores. Os registros contidos nas revistas do Instituto fornecem importantes indícios para compreensão da dinâmica dos discursos e práticas que forjaram a produção da geografia cearense, por meio das crônicas produzidas pelos sócios e pesquisadores participantes do Instituto do Ceará. Nelas estão presentes indícios de uma época em que se tinha preocupação em escrever sobre a geografia local.

Em relação a educação cearense, num período em que não existiam instituições acadêmicas universitárias, os institutos científicos tornaram-se o espaço da produção do pensamento científico no Ceará e Brasil, reunindo os intelectuais que, na maioria, foram professores de escolas secundárias. Apesar desse fato, importa ressaltar a advertência de

Brasil” (2002, p. 27-28). E mais uma vez, lembremos, da importância dessas instituições para formação do saber geográfico brasileiro e cearense.

Moraes⁴ (2002), ao explicar que o saber geográfico produzido inicialmente não pode ser pensado, somente, a partir dos institutos, mas em outras instituições onde se fomentava a produção do conhecimento.

Entre os intelectuais do Instituto relacionados com a educação, por terem sido professores e produtores de livros escolares da disciplina de geografia, destacaram-se entre muitos, três membros da Família Pompeu. O primeiro deles, o Senador Pompeu, não foi sócio do Instituto do Ceará, vindo a falecer antes da data de criação, mas participou do movimento para a sua fundação. Mas é imprescindível inseri-lo entre os protagonistas em virtude de sua trajetória docente no Liceu na cátedra de geografia. Seguindo passos similares tivemos o Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, o filho do Senador e, por fim, destacamos Pompeu Sobrinho. Estes últimos foram presidentes do Instituto do Ceará, professores e intelectuais engajados na produção da geografia científica e escolar.

A Geografia Científica na realidade escolar

MESTRE. *O que é um corpo?*

DISCIPULO. É tudo, que tem extensão, largura, e grossura, ou profundidade; quando o corpo é perfeitamente redondo, chama-se-lhe *bola, globo, ou esphera.*

Que é superfície?

É o que termina o corpo. A superfície tem duas dimensões, a da largura, e da extensão.

Que é linha?

Brazil (1856, s/p.).

Na busca de compreender a relação entre a geografia científica e a geografia escolar⁵ cearense apresentamos no prefácio acima um fragmento do Compêndio de Geografia,

⁴ Essa discussão de Moraes está presente no livro: **Território e História no Brasil**. São Paulo: Hucitec. 2002. p. 41-42.

⁵ No Brasil, a geografia criou estatuto de disciplina autônoma com a instalação do Imperial Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, considerado escola modelo no ensino do país, no entanto, “o que acabou acontecendo foi que o colégio criado, a bem da verdade, tornou-se meramente um padrão ideal” (ROCHA, 2010, p.635). Outro fator que colaborou na valorização da Geografia nos currículos escolares do Império foi a inserção da matéria, nos exames de seleção para ingresso nos cursos jurídicos, desde 1831, segundo Pessoa (2007, p. 34). Acrescentamos, na mesma perspectiva, auferido de Del Priore e Venancio (2010, p.200), o esclarecimento de que no exame de seleção do curso preparatório para a “Escola Central, que em 1858 sucedeu a Academia Real Militar, de 1810”, exigia sólido conhecimento do candidato, dentre as várias disciplinas, a de geografia e história. Por esses e outros motivos a geografia como saber escolar foi adquirindo importância dentre os saberes escolares.



produzido por Thomaz Pompeo de Sousa Brasil, em sua edição de 1856. Interessante destacar no texto de Pompeu, a marcação expressiva do papel desempenhado pela figura do Mestre e do discípulo. Neste caso, o mestre ocupava a posição de um sábio que questionava seu discípulo sobre o significado dos conceitos geográficos. Essa forma de aprendizagem foi conhecida como método dialogístico ou de catequese. Característica da geografia escolar clássica e tradicional. (BRAZIL, 1856, 1869; SOUSA NETO, 1997; ALBUQUERQUE, 2010).

Assim como na formação da geografia cearense científica, o Senador Pompeu, em sua condição de educador, desenvolveu vasta produção bibliográfica, com significativa difusão no País. O Compêndio “Elementos de Geografia”, de acordo com Sousa Neto (1997) foi ampliado e transformado em obra escolar, em outras edições. Em 1856, publicada em Fortaleza, nos anos posteriores 1859, 1864 e 1869, reeditadas no Rio de Janeiro. Por longo tempo, os livros de Thomaz Pompeu foram utilizados nas escolas brasileiras, considerados referências para escritos posteriores. A última edição foi atualizada e ampliada, formou o “Compendio Elementar da Geographia Geral e Especial do Brasil”, livro publicado no Rio de Janeiro, pela editora Eduardo & Henrique Laemmert, 5ª Ed. 680p.

O método dialógico presente nas obras de Pompeu consistia na escrita dos conceitos, em formato de diálogos entre discípulos e mestre. Porém, na edição de 1859, o método dialogístico foi retirado da obra e, de acordo com o pesquisador supracitado, o Compêndio foi uma continuidade daquilo que já existia na época, não havia muitas novidades, persistia a ausência de imagens.

Conforme Sobrinho (1929, p.11), apesar de Thomaz Pompeu já conhecer as principais obras de Humboldt baseou os seus trabalhos no sistema teórico universalmente utilizado nos escritos de sua época. E este fato segundo Albuquerque (2010) foi ainda em decorrência da falta de mapas sobre o Brasil, pois os que existiam não tinham precisão cartográfica. Ainda segundo a referida autora “as primeiras imagens a compor os livros didáticos de Geografia publicados no Brasil foram desenhos e gravuras, encontrados especialmente nos livros publicados a partir de 1870, especialmente aqueles destinados ao ensino de cosmografia, portanto, eram gravuras da esfera terrestre [...]” (2010, p.74).

O compêndio de Thomaz Pompeu era uma compilação⁶ de informações distribuídas no livro em formato de dicionário, conceitos e significados, retirados dos relatórios dos presidentes das províncias. Seguiu algumas características da obra de Aires de Casal, porém teve atenção de corrigir pequenos erros deste autor. No entanto, chamou atenção Sousa Neto (1997) que um livro com toda importância que teve, não pode ser desconsiderado em sua missão, que era contribuir na formação de uma identidade nacional, que foi lido pela elite letrada do país.

No final do século XIX, a geografia ensinada no Brasil ainda era considerada apolítica, descritiva, catalográfica ou enciclopédica, como resultado da formação de banco de dados sobre a descrição da Terra, assim como fora realizado nas instituições científicas e de exploração. Era um conhecimento baseado nos moldes europeus, sobretudo, de origem francesa, em que a memorização de conceitos e informações era o principal objetivo do ensino, devidamente cobrados no processo de avaliação, a exemplo do método de Lancaster. Declarou Rocha (2010, p.661), que as características da geografia tradicional não eram por acaso, existiam intenções subjacentes a seleção de conteúdos, portanto:

[...] o rigor no controle dos conteúdos e compêndios buscava evitar que nas salas de aulas fossem transmitidos conhecimentos, visões de mundo, posturas político-ideológicas, etc., que entrassem em choque com os interesses dos grupos que controlam o poder de Estado.

Nesse período os livros escritos direcionados às escolas ainda não eram considerados materiais didáticos⁷, não continham exercícios de fixação nem ilustrações, posteriormente é que foram inseridos os mapas, no sentido da explicação, sobretudo da Cosmografia. Na realidade eram materiais de apoio aos professores e alunos. A expressão livro didático foi criada no século XX para denominar os materiais utilizados no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, sobretudo da educação básica, conforme Monteiro (2009) e Silva (2011).

⁶ Sousa Neto (op. cit., p. 47-48), explicou ainda que “a compilação era, portanto, uma conduta universal, que transformava em documentos os dados fornecidos pelos viajantes, capitães-mores, presidentes de província ou membros das sociedades geográficas”. Neste sentido, não é possível fazer anacronismos, criando críticas tão severas ao que foi produzido no passado remoto, ao lembrar-se das ínfimas condições e poucas possibilidades que existiam para realizar a publicação de um livro.

⁷ “O livro didático é um objeto recente no contexto escolar, assim como são os projetos político-pedagógicos, os currículos, dentre outros constructos surgidos no último século com o objetivo claro de ampliar a qualidade da educação ofertada – especialmente nas redes públicas de ensino – e atender a ampliação do atendimento escolar”. (SILVA, 2011, p.295).



Muitos compêndios e manuais de ensino foram criados pelos próprios professores das disciplinas, a exemplo do Compêndio produzido pelo Senador Pompeu, quando desempenhou suas atividades docentes no Liceu do Ceará. Legado este, repassado para seus descendentes, com a importância da família Pompeu no desenvolvimento da Geografia do Ceará científica e escolar. Segue caracterização do que eram os manuais e compêndios de ensino, produzida por Silva (2011, p.295):

Antes do século XX – o tempo do progresso e da civilização – tinha-se os manuais e os compêndios escolares que eram livros sintetizadores dos conhecimentos científicos de uma determinada área de saber, nos quais não havia os exercícios (a elaboração destes era tarefa exclusiva do professor), a linguagem pouco diferia daquela utilizada nos espaços acadêmicos e um mesmo manual podia ser utilizado por mais de uma década sem nenhum constrangimento pelos professores de então.

Num momento em que a dificuldade para impressão e publicação⁸ de um livro era imensa, a repetição de conteúdos e ausência de livros para alunos era compreensível. Na maioria das vezes, os livros eram impressos no Rio de Janeiro, capital do Brasil. No caso do ensino de Geografia no Ceará ficou claro, por meio da análise de diversas obras, principalmente aquelas produzidas pelos descendentes do Senador Pompeu (filho, sobrinho e neto), a repetição de dados e informações. E assim, a geografia escolar cearense permaneceu por longos anos com as mesmas características.

Outro destaque interessante que devemos atentar era apreensão desse conteúdo geográfico pelos alunos, assim como elucidado por Silva (2011). Não havia muita distinção entre os conteúdos ensinados na academia e os que eram levados para escola. Não havia transposição didática. Sendo papel do professor atualizar, ampliar ou facilitar o ensino dos conteúdos. Daí o porquê da origem da memorização como principal recurso para aprendizagem. Não se aprende o que não se compreende, o que restava era o processo da memorização, similar o que ainda temos nos tempos de hoje quando não há compreensão.

Era dessa forma que se buscava aprender conceitos e explicações sobre o mundo e seus lugares na geografia em formação. Instrumento ideológico para formar, mesmo, que de forma

⁸ Albuquerque (2010, p.71) informa ainda que “os livros didáticos de Geografia no século XIX começam a ser publicados efetivamente no Brasil a partir da década de 1870, aqueles anteriores a esta data são raros, tendo em vista que não havia nem um número significativo de editoras e nem um mercado consumidor para tais publicações”. Somente com a instalação da Imprensa Régia que os livros iniciaram processo maior de edição, perdurando até 1822, data da Independência do Brasil, conforme a autora.

incipiente⁹ o sentimento de nação que faltava ao povo brasileiro, regenerando-os da ignorância e indolência. Mas, a aclamada educação não foi para todos, mas apenas para os grupos seletos da sociedade da época.

No período republicano brasileiro, explicou Santos (2005), por meio do desenvolvimento de dissertação de mestrado¹⁰, a importância que teve a disciplina de geografia para formação do território brasileiro, contextualizando o momento histórico vivenciado, com a difusão do modelo republicano e as propostas de redenção¹¹. Santos (op. cit., p.12), explicitou ainda, que os intelectuais da época “acreditavam que o programa de geografia nas escolas normal e primária poderia fazer cumprir o que tanto esperavam: a transmissão dos valores patrióticos e nacionalistas para formar o povo brasileiro.”

A Geografia escolar cearense no período republicano

Ao contrário dos compêndios do século XIX, os livros produzidos no século XX no Ceará, demonstravam resultados de pesquisas desenvolvidas ao longo do século. Interessa lembrar que essas mudanças fazem parte de um novo contexto intelectual, no qual os estudiosos da Escola dos *Annales* vão se afastando da postura dos positivistas e propondo novos meios de pesquisa e ensino da História e Geografia. Exibiam imagens e mapas desenhados com a clara ampliação de conteúdos, passando do enciclopedismo de conceitos à caracterização física do

⁹ Intenção esta que já existia desde o império, em formar um ideário nacionalista, com sentimento patriótico brasileiro, porém, observa Sousa Neto (1997, p. 53), sobre o acesso às escolas por crianças e jovens, questionando “[...] que a maioria, não chegava aos bancos escolares no império, como poderia ser a escola responsável pela criação desta pretendida unidade nacional?”. O fato é que foi instaurada uma estrutura de ensino e quadro docente deficitário, acompanhando o Brasil e o Ceará desde então. O ideário nacionalista fora transmitido aos poucos beneficiados que tiveram acesso aos bancos escolares e não a todos como era alardeado nos discursos políticos.

¹⁰ Dissertação intitulada: “**A escola Nova e as prescrições destinadas ao ensino da disciplina de geografia da escola primária em São Paulo no início do século XX**”. Dissertação em História, Política e Sociedade. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2005. 181p.

¹¹ A educação era vista como uma das principais alternativas para formação do espírito de Nação do povo brasileiro, resgatando-o de longos anos de obscurantismo intelectual pela ausência de instrução pública. Assim, Del Priore e Venancio (2010, p.172) afirmaram que desde o período imperial que “os intelectuais vinculados a esse projeto investiram, por sua vez, no combate aos movimentos separatistas, mostrando que os brasileiros constituíam uma nacionalidade com características próprias. Em outras palavras, para ser viável, o Império deveria não só se impor através da força, como também por meio de boas instituições e de uma identidade coletiva que justificasse a razão de ser da nação que estava se formando”. Porém esse projeto só tivera impulso na República, sobretudo a partir da década de 1930, que favoreceu a criação da instrução pública, gratuita e laica, além da reformulação dos currículos escolares.



Ceará, com a busca pela produção de um conhecimento original e endógeno. Nesta perspectiva, podemos citar o livro produzido por Thomaz Pompeu Sobrinho, “Esboço Physiographico do Ceará”, de 1922, enviado para o 5º Congresso Brasileiro de Geografia, na cidade S. Salvador, ocorrido em 1916. Tempos depois, essa obra foi reeditada e citada pela imprensa universitária como um livro de extrema importância para o conhecimento do Ceará.

Compreender a paisagem sertaneja foi um dos principais objetivos perseguidos pelo intelectual do semiárido. Thomaz Pompeu Sobrinho foi considerado um dos principais intelectuais no desenvolvimento da geografia cearense, em decorrência de sua formação em engenharia, ligada às ciências naturais e por ter recebido a herança intelectual do Senador Pompeu, um dos primeiros estudiosos do Ceará, além da trajetória profissional ligada ao estudo e aplicação de alternativas de convivência com as secas nordestinas.

Thomaz Pompeu Sobrinho (1922), em seu livro teve como temática principal conhecer as peculiaridades da natureza do Ceará, tanto que escreveu como subtítulo, “geographia physica”, abordando aspectos sobre o clima, hidrografia, solo, relevo entre outros temas pertinentes ao interesse do pesquisador. Outro texto que apresenta o pensamento de Sobrinho (1929) foi o texto na RIC, denominado “As Licções de Geographia Geral e a evolução do ensino geographico no Brasil”. A partir do encontro com essas obras raras, começamos a compreender que no desenvolvimento de materiais escolares, sobretudo para instrução pública, no período republicano a partir da década de 1920, muitas foram as modificações que ocorreram na perspectiva pedagógica da educação brasileira, sob o movimento de renovação que teve início no começo do século XX, tomando como referência a obra de Virgílio Cardoso de Oliveira (1908), livro adotado na instrução pública cearense, denominado “Nossa Pátria”.

Neste mesmo sentido, salientou Rocha (2010, p.668) que, “a década de vinte representou para a geografia um momento de profundas transformações. Em oposição ao modelo de geografia tradicionalmente ensinado, emerge de forma paradigmática uma nova proposta de ensino para esta disciplina”. Por trás da produção de novos materiais didáticos, considerados modernos e renovados, estava a tentativa de mudar o pensamento dos professores para adotarem os fundamentos teórico-metodológicos, pautados no ideário da Escola Nova. “Assim, as coleções pedagógicas passaram a substituir os manuais, com a intenção de construir uma nova cultura pedagógica” (SANTOS, 2005, p.14). Chamamos atenção para outro aspecto investigado por Santos:

Nesse contexto é que a geografia foi alçada à disciplina de formação da nacionalidade, pois necessitava conformar o futuro cidadão segundo os novos princípios republicanos, o que ainda não se tinha conseguido alcançar, mesmo após algumas décadas da instauração da República. Assim, a geografia passou a ser vista como uma das principais disciplinas, como a melhor que contribuiria para disseminar os valores patrióticos e nacionalistas (2005, p.15).

A década de 1930, correspondendo a “Era Vargas”, foi um marco na formação e organização do sistema nacional de ensino. Por um lado, acontecia a ampliação da rede de editoras nacionais responsáveis pela publicação de livros didáticos adotados na instrução pública. Por outro, a criação de novas tecnologias de impressão possibilitavam a inclusão de imagens nos livros. Os Estados passaram a ter mais estrutura para dotação do livro didático, uma vez que não existiam programas governamentais de distribuição de livros nas escolas.

De qualquer forma, é preciso atentar para o fato de que as mudanças ficaram no âmbito da estética do livro, pois assim como as obras de caráter nacional, os livros cearenses também mantiveram o padrão de exposição de conteúdos, iniciando pela cosmografia, seguidos dos elementos da natureza física do Ceará e finalizando com aspectos demográficos e econômicos de forma acrítica, despolitizada e mnemônica. Para exemplificar esse contexto na história da geografia escolar cearense, encontramos o livro de Menezes Pimentel Júnior (1935), denominado “Corografia Física e Política do Estado do Ceará”. Livro adotado no ensino primário, na então administração do governador Professor Antônio de Sales Campos.

A partir desse século, a disciplina de geografia passou a receber renovações, pois o contexto histórico brasileiro, também começava a mudar. Desse modo, juntamente com a disciplina de história, reteve a missão de difundir a nacionalidade brasileira. Mais uma vez, reafirmamos que nos próprios livros cearenses esse intuito foi amplamente difundido com as reformas educacionais e os parâmetros que deveriam conduzir a educação no Brasil e em seus estados federados.

Docência e a Geografia Escolar: saberes e instituições

Os professores que ensinavam geografia eram considerados autodidatas ou então provenientes de outras formações, especificamente, da área de humanidades. A geografia brasileira foi nascendo pelas mentes de intelectuais que se inter-relacionavam com o estudo da natureza e com a formação dos lugares. A maioria participou da formação de agremiações literárias e científicas, concomitante a criação de instituições escolares. Muitos deles foram ainda pesquisadores e políticos que atuaram no ensino de Geografia, nas principais instituições de ensino



no Ceará (Liceu do Ceará, Escola Militar, Escola Normal e Faculdade Livre de Direito), sobretudo na cidade de Fortaleza. Instituições reconhecidas pelo *status* de conhecimento e saber que conferiram distinção e prestígio social aos professores que por lá passaram.

Sujeitos que, em sua maioria, participantes do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, segundo Mendes (2012), tiveram atuações significativas. Essa atitude se justifica, pois entendemos que por meio das trajetórias dos intelectuais é que compreendemos, brevemente, a constituição do pensamento (seja científico ou escolar) geográfico local.

Pelas trajetórias desses intelectuais cearenses e suas obras, que em suas escolhas profissionais assumiram a função de professor de geografia, concomitante a outros cargos, sobretudo, os da administração pública e da política, foi se formando a geografia escolar local. Em meio às formações profissionais diversas, a Geografia no Brasil e, conseqüentemente, no Ceará, foi sendo constituída “[...] em um país sem geógrafos”, assim já havia indagado Sousa Neto (1997), pois não existia formação superior para bacharel ou licenciado em geografia.

Outro marco fundamental, organizado pelos intelectuais da época, para constituição da geografia local foi, na década de 1940, a criação de uma faculdade para formação superior de licenciados no Ceará, denominada Faculdade de Filosofia do Ceará – FAFICE, situada na Escola Marista. A falta de ações direcionadas ao desenvolvimento do ensino superior público gerou uma demanda na qual se buscou soluções na iniciativa privada, como o caso do surgimento das Faculdades Católicas. “As faculdades católicas criadas no século XX no Estado do Ceará foram reflexo do ensino superior privado no país e de sua história que remonta ao início do período republicano”, diz Vasconcelos Júnior (2007, p.234).

A partir de 1965, a instituição entrou numa fase de dificuldades, em decorrência de crises financeiras da entidade mantenedora, agravando os problemas da Ordem dos Maristas. O movimento de intelectuais da época manifestou o desejo de não deixar a faculdade se extinguir. Com a visualização da importância dessa instituição acadêmica para formação de professores foi encampada pelo Governo do Estado do Ceará e, desde então, denominada Faculdade de Filosofia do Ceará (FAFICE), pela Lei Nº 8.423, de 03 de fevereiro de 1966. A partir de 1975, a FAFICE foi reunida ao conjunto de faculdades que formaram a Universidade Estadual do Ceará.

Considerações finais

A Geografia no Ceará passou de ensino meramente descritivo e catalográfico para uma ciência capaz de racionalizar o conhecimento sobre as potencialidades da natureza e das

mudanças sociais. Professores que, a princípio, não tiveram formação superior em Geografia foram responsáveis pela produção dos saberes sistematizados sobre o Ceará e de boa parte do que se escreveu sobre a geografia escolar cearense, conforme visto pela caracterização de livros da época. Na época, ser professor (sujeitos, em sua maioria, participantes do Instituto do Ceará, a principal instituição científica) foi uma das formas de participar da formação da Geografia científica em ascensão. O estudo de suas trajetórias nos deu elementos para compreendermos a constituição do pensamento geográfico local, seja científico ou escolar.

Na caracterização dos primórdios da geografia escolar do século XIX, tivemos, de fato, uma geografia puramente descritiva, enumerativa, conceitual, livresca e mnemônica que apresentava “informações genéricas, verdadeiramente enciclopédicas, de um mundo em franco processo de expansão”, confirmado em Rocha (2010). Os livros da época revelaram estes aspectos com clareza, permanecendo quase inalterados, perdurando por todo período imperial e início do próximo século.

A geografia cearense, até meados do século XX, ainda não era crítica, tendo na descrição seu fundamento metodológico principal. Mas, os elementos da comparação e causalidade começaram, discretamente, a serem inseridos na produção geográfica, a exemplo do que conhecemos com os livros mais recentes.

A produção de uma geografia endógena, isto é, geografia do Brasil, influenciada pelas teorias externas, mas que tinha como enfoque as questões territoriais, auxiliando na expansão e hegemonia do território brasileiro, por meio da materialização de identidades regionais foi um marco da época. Exemplos foram os livros de Geografia do Ceará, adotados nas escolas públicas e dos inúmeros artigos da Revista do Instituto do Ceará, além de outros livros sobre os temas produzidos pelos intelectuais.

Lembremos, ainda, que a geografia escolar constituída no Ceará seguiu passos similares ao contexto nacional. Algumas peculiaridades foram criadas pelos interstícios da História política, econômica e cultural local, pois cada lugar apresenta singularidades em meio ao quadro geral da história. Nesse embate, se deu a tônica da construção da geografia escolar cearense, resultado da criação da própria ciência em âmbito local.

Referências bibliográficas



AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. **Barão de Studart**: memória da distinção. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura e do Desporto do Ceará, 2002. 128p.

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. As Imagens nos Livros Didáticos de Geografia: uma perspectiva histórica. In: VASCONCELOS, José Gerardo et al. (Orgs.) **Tempo, Espaço e Memória da Educação**: pressupostos teóricos, metodológicos e seus objetos de estudo. Fortaleza: Edições UFC, 2010. p. 67-87.

BRAZIL, Thomaz Pompêo de Souza. **Compêndio de Geografia**. Ceará: Typ. De Paiva e Companhia, 1856. 526p

_____, **Compêndio Elementar de Geografia Geral e Especial do Brasil**. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1869. 674p.

DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010. 319 p.

JÚNIOR, Menezes Pimentel. **Corografia Física e Política do Estado do Ceará**. Fortaleza: Editora J. R de Oliveira & C, 1935. 96 p. (adotado nas escolas de ensino primário em 1935).

MENDES, Eluziane Gonzaga. Intelectuais da Educação no Instituto do Ceará: a geografia em destaque. In: VASCONCELOS, José Gerardo; et. al. (Orgs). **História da Educação**: real e virtual em debate. Fortaleza-CE: Edições UFC, 2012. p. 143-157.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Hucitec. 2002. 198p. (Geografia: Teoria e Realidade: 48. Série “Linha de Frente”).

MONTEIRO, Ana Furtado. Professores e livros didáticos: narrativas e leituras no ensino de história. In: ROCHA, Helenice Apecida Bastos; REZNIK, Luis; MAGALHÃES, Marcelo de Souza. (Orgs.). **A História na escola**: autores, livros e lituras. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 175-193.

OLIVEIRA, Almir Leal de. **O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – Memória, Representações e Pensamento Social**. Tese de Doutorado em História Social, Pontifícia Universidade Católica – PUC, São Paulo: 2001.

OLIVEIRA, Virgílio Cardoso de. **Nossa Pátria**: uma pequena enciclopédia nacional. Paris: Aillaud, 1908. 448 p.

RIC – **Revista do Instituto do Ceará**. T.s I – LXI. Fortaleza-CE: Instituto do Ceará, 1887-1947.

ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. O Ensino de Geografia e o Livro didático no Brasil: da Chorographia Brasílica de Aires de Casal a Geografia Moderna de Delgado de Carvalho. In: VASCONCELOS, J. Gerardo et al [Orgs.]. **Tempo, Espaço e Memória da Educação**: pressupostos teóricos, metodológicos e seus objetos de estudo. Fortaleza: Edições UFC, 2010. p. 626-703.



SANTOS, Fátima Aparecida dos. **A Escola Nova e as Prescrições destinadas ao ensino da disciplina de Geografia da Escola Primária em São Paulo no início do Século XX.** 2005. 181f. Dissertação (Mestrado em Educação - História, Política e Sociedade), Pontifícia Universidade Católica – PUC, São Paulo, 2005.

SILVA, Samara Mendes Araújo. Os meus livros de História: memórias e reflexões de uma professora sobre o livro didático de História. In: VASCONCELOS JÚNIOR *et al.* (ORGS). **Cultura, Educação, Espaço e Tempo.** Fortaleza-CE: Edições UFC, 2011. p. 287-299. (Coleção Diálogos Intempestivos).

SOBRINHO, Thomaz Pompeu. **Esboço Physiográfico do Ceará.** (Geographia Physica). Fortaleza-Ceará: Typ. Minerva, 1922. 207p.

_____. As Licções de Geographia Geral e a evolução do ensino geographico no Brasil. **Revista do Instituto do Ceará** – RIC. Fortaleza: Instituto do Ceará. T. Especial, 1929. p. 73-79.

SOUSA NETO, Manoel Fernandes de. **Senador Pompeu:** um geógrafo do poder no Império do Brasil. 1997, 120 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH/USP. Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 1997.

VASCONCELOS JÚNIOR, Raimundo Elmo de Paula. O Espaço Geográfico nas pesquisas educacionais. In: CAVALCANTE, Maria Juraci et al (Orgs). **História da Educação** – Vitrais da Memória: lugares, imagens e práticas culturais. Fortaleza, Edições UFC, 2008, p. 400-417.